



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **1009416-38.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante: **Jania Redigolo de Souza Efigênio e outros**  
 Inventariado: **João Alves Efigênio Filho**

**SEGredo DE JUSTIÇA - Justiça Gratuita**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Fls. 81/85: Homologo a partilha dos bens deixados pelo passamento do inventariado supra indicado, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Transitada esta em julgado, expeça-se formal de partilha, sem prejuízo do disposto na parte final do art. 1028 do CPC.

A Fazenda Pública Estadual (Lei 9280) manifestou sua anuência à fl. 110.

Fl. 85: DEFIRO o pedido de ALVARÁ para determinar a expedição do alvará para que o Espólio do requerido, a ser representado pela requerente **Jania Redigolo de Souza Efigênio**, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG 22.111.648-5-SSP/SP e do CPF 172.227.118-30, residente e domiciliada na Rua Leonidas Couto da Silva, 20, Jardim Medeiros - CEP 13575-176, São Carlos-SP, **saque** na CEF, ou outra Instituição responsável, todo o numerário deixado pelo falecido João Alves Efigênio Filho, que era natural de Júlio Mesquita-SP, onde nasceu aos 09/jan/1963, filho de João Alves Efigênio e de Maria de Jesus Alves, e era portador do RG 16.220.816-SSP/SP e CPF 071.379.418-69, falecido nesta cidade em 24/03/2014, existente na conta vinculada do **PIS/FGTS nº 108.70462.59-5** (contas ativas, inativas, resíduos de planos econômicos, eventuais multas e juros), especificada as fls. 71/72. A autorizada poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução daquele objetivo, e fica **dispensada da prestação de contas** da cota-parte cabente ao menor, haja vista que o numerário de valor irrisório será utilizado para atender os alimentos deste. Prazo: 120 dias. **Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ para os fins aqui expressos, devendo a Instituição Financeira lhe dar pleno atendimento.** Compete ao Defensor Público que assiste a inventariante materializar esta sentença/alvará assim que publicada no DJe.

P.R.I. Providencie a baixa do processo no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 30 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**